



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 22/2015

**-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM SETE DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE:-----**

-----Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Eng.º Serafim Paulo Melo de Oliveira. -----

-----Eleitos pelo PS: Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----Os Senhores Vereadores Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos, eleita pelo PPD/PSD e Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, eleito pelo PS, faltaram à reunião por motivo profissional.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

**1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----**

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 16 de setembro de 2015, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

**2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----**

-----O Senhor Presidente, nos termos do artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.-EXPEDIENTE:-----**

#### **4.1.-ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes officios referências 639 a 662, datados 30 de setembro findo, da Assembleia Municipal de Mortágua, dando conhecimento que na sua sessão ordinária realizada no pretérito dia 25 de setembro, foram apreciados e aprovados os seguintes assuntos: -----

-----Relatório de Auditoria – Informação sobre a Situação Económica e Financeira do Município – 1º. Semestre, a Assembleia tomou conhecimento.-----

-----Aprovou por unanimidade fixar a Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis artº.112º. do CIMI, em 0,3 % para os Prédios Urbanos (conforme dispõe a lei n.º 83-C/2013 – 31 de dezembro.-----

-----Aprovou por unanimidade a redução da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em 10% para as famílias com 1 filho; 15% para as famílias com 2 filhos; 20% para as famílias com 3 e mais filhos ( n.º.3 do artigo 112º. do CIMI).-----

-----Reprovou por maioria, com 11 abstenções, sendo 10 do Grupo do PPD/PS, e 1 do CDS-PP, e 16 votos contra, sendo 15 Grupo do PS e 1 do Grupo do CDS-PP, a proposta apresentada pela Câmara, e aprovou por maioria com 16 votos a favor, sendo 15 do Grupo do PS e 1 do CDS-PP e 9 abstenções, sendo 8 do Grupo do PPD/PSD e 1 do CDS-PP e 2 votos contra do Grupo do PPD/PSD, a proposta apresentada pelo PS, fixando em 0,0% a percentagem do IRS pretendida pelo Município (artº. 26º. da Lei Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro.-----

-----Reprovou por maioria, com 12 votos a favor, sendo 10 do Grupo do PPD/PSD e 2 do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

CDS-PP, e 15 votos contra do Grupo do PS, a proposta apresentada pela Câmara e aprovou por maioria com 15 votos a favor do grupo do PS e 12 votos contra, sendo 10 do grupo do PPD/PSD e 2 do CDS-PP, a proposta apresentada pelo PS, fixando em 2016 a taxa de 0,0% de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse cento e cinquenta mil euros (150.000,00€) e a taxa 1% de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior cento e cinquenta mil euros (150.000,00€), (artº. 18º. da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro).-----

-----Aprovou por unanimidade a Alteração ao Mapa de Pessoal de 2015.-----

-----Aprovou por unanimidade o Pedido de Autorização para Abertura de Procedimento Concursal Comum para Recrutamento de 12 Assistentes Operacionais.-----

-----Aprovou por maioria com 23 votos a favor, sendo 14 do Grupo do PS e 9 do Grupo do PPD/PSD, e 2 abstenções do CDS-PP o Projeto de Regulamento de Utilização dos Equipamentos Desportivos Municipais.-----

-----Aprovou por maioria com 25 votos a favor, sendo 15 do Grupo do PS e 10 do Grupo do PPD/PSD e 2 abstenções do CDS-PP o Pedido de Autorização de Compromisso Plurianual para Celebração de Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria Técnica na Área de Gestão Autárquica e Elaboração e Adaptação de Regulamentos Municipais.-----

-----Aprovou por unanimidade o compromisso plurianual do Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para a Execução dos Serviços de Apoio à Família no Ensino Pré-Escolar (Fornecimento de Refeições e Prolongamento de Horário).-----

-----Aprovou por unanimidade o compromisso plurianual do Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para a Execução dos Serviços Fornecimento de Refeições ao 1º. CEB, e Pedido de Autorização Prévia à Assembleia Municipal de Compromisso Plurianual.-----

-----Aprovou por unanimidade o compromisso plurianual do Protocolo a celebrar com a Santa



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Casa da Misericórdia de Mortágua para Transporte de Alunos, e Pedido de Autorização Prévia à Assembleia Municipal de Compromisso Plurianual.-----

-----Aprovou por maioria com 23 votos a favor, sendo 12 do Grupo do PS, 9 do Grupo do PPD/PSD e 2 do CDS\_PP, e 4 abstenções, sendo 3 do Grupo do PS e 1 do Grupo do PPD/PSD, a concessão de isenção de pagamento de taxas do Procº. Nº. 14/2015/1, Instalação de Empreendimento Turístico – ALDEAMENTO TURÍSTICO MONTEBELO AGUIEIRA, LAKE RESORT & SPA, (alínea b), nº. 1, artº. 29º. do RMUET), no valor de oito mil oitocentos e sessenta e quatro euros e noventa centimos (8.864,90 €), nos termos do nº.2, do artº. 16º. da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, nº. 9 do artº. 25 e artº. 26º. do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão da isenção de pagamento de taxa no valor de mil e trinta e sete euros e vinte e cinco centimos (1.037,25 €) a Rosa Maria Barbosa Gaspar de Oliveira e Outros, com sede na Rua da Gandarada, registado sob o nº. 449/2015, referente ao licenciamento do Procº. 01/2015/75, de alterações de Oficina de Reparação de Automóveis.---

-----Aprovou por unanimidade a concessão à Casa do Benfica da isenção de pagamento de taxa no valor de cento e cinquenta euros e trinta e cinco centimos (150,35 €) referente ao procº. 03/2015/1 de emissão da autorização de utilização do seu edifício sede.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão da isenção de pagamento à Comissão da Fábrica da Igreja de Pala da taxa no valor de quarenta e nove euros e vinte e seis centimos (49,26 €) relativa à prorrogação da licença do processo nº.01/2015/11, de alteração da Casa Paroquial da Freguesia de Pala.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão a Mário João Martins Fernandes da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de trezentos e cinquenta e cinco euros e setenta e cinco centimos (355,75 €) e de TMU no valor de cento e oitenta e três euros e oitenta e sete centimos (183,87€), do processo nº. 01/2014/76 Construção nova (habitação), sita nos Calvos,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Freguesia do Sobral.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão a Rui José Batista Ferreira da isenção de pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil duzentos e nove euros e vinte e cinco centimos (1.209,25 €) e de TMU no valor de quinhentos e sessenta e seis euros e oitenta e seis centimos (566,86 €), do processo nº. 01/2014/295 Construção nova (habitação), sita na Rua Vale da Erveja, Pinheiro, Freguesia da Marmeleira.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão a Elisabete Maria da Silva da isenção de pagamento de taxas no valor de dois mil e noventa euros e cinquenta e sete centimos (2.090,57€) e de TMU no valor de quatrocentos e oitenta e três euros e oitenta e quatro centimos (483,84 €), do processo nº. 01/2015/61 - Construção nova (habitação/muros de vedação), sita na Sobrosa, Freguesia de Espinho.-----

-----Aprovou por unanimidade, a concessão Pedro Tiago Fernandes Cabral da isenção de pagamento de taxas no valor de dois mil cento e treze euros e sessenta e seis centimos (2.113,66 €), e de TMU no valor de novecentos e noventa e três euros e oitenta e cinco centimos (993,85€), do processo nº. 01/2015/12 Construção nova (habitação/muros de vedação), sita na Rua EN 228, Barril, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão a Daniel Ventura Pais da isenção de pagamento da taxa de licenciamento no valor de valor de dois mil cento e cinquenta e quatro euros e três centimos (2.154,03 €) e de TMU no valor de quinhentos e dois euros e noventa e quatro centimos (502,94€), referente ao processo nº. 01/2015/32 Construção nova (habitação/anexos/muros de vedação), sita na Rua das Poças, no Freixo, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão a Daniel António Martins da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de novecentos e sessenta e nove euros e quarenta e sete



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

cêntimos (969,47 €) e de TMU no valor de quinhentos e sessenta e um euros e vinte e sete cêntimos (561,27 €), do processo nº. 01/2014/211 Construção nova (habitação), sita na Rua do Carvalhinho, Cruz de Vila Nova, Freguesia do Sobral.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.2.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES:-----**

#### **4.2.1.-Comunicações Eletrónicas. Taxa Municipal de direitos de passagem (TMDP) – Atravessamento e Aproveitamento do domínio público:-----**

-----Foi presente a circular referência 84/2015, de 24/09/2015 da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando no seguimento de diligências efetuados junto dos Órgãos de Soberania sobre o assunto em epígrafe a Lei nº. 82-B/2014, de 31 de dezembro que no seu artigo 182º., alterou a Lei nº.5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das comunicações eletrónicas), bem como o Decreto-Lei nº.123/2009, de 21 de maio (regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de comunicações eletrónicas, à instalação de redes de comunicações eletrónicas e à construção de infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações, conjuntos de edifícios), tendo posteriormente a Lei nº. 127/2015, de 3 de setembro, modificado novamente a Lei nº.5/2004.-----

-----Da conjugação das normas supracitadas, verifica-se que:-----

-----a) Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicação acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios públicos e privado municipal, podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP);-----

-----b) A taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----c) O percentual é aprovado em cada município até ao fi do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%;-----

-----d) Nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento;-----

-----e) Pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público ou privado das autarquias locais estas têm direito a remuneração prevista no artigo 19º. do Decreto- Lei nº. 123/2009, remuneração essa que deve ser orientada para os custos, atendendo aos custos decorrentes da construção, manutenção, reparação e melhoramento das infraestruturas em questão.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.2.2.-Crise dos Refugiados:-----**

-----Foi presente a circular referência 78/2015-PB, de 9 de setembro findo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses através da qual remete em anexo a deliberação do Conselho Diretivo da ANMP, tomada em reunião realizada no dia 08/09/2015 relativa à Crise dos Refugiados.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.3.-AGENCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO CENTRO:-----**

-----Foi presente o ofício referência C/15/309, de 4 de setembro findo, da Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro – AREAC dando conhecimento que pretendo constituir-se como uma entidade de referência no desenvolvimento e implementação de ações que levem à melhoria do desempenho energético – ambiental da região onde se insere, conduzindo, em simultâneo, a um desenvolvimento local mais sustentável.-----

-----É também intenção de AREAC alargar a sua área a outros Municípios da região e a empresas locais, regionais e/ou nacionais que queiram integrar as componentes Energia e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Ambiente nas suas atividades quotidianas e/ou que pretendam trabalhar em parceria com a AREAC nos domínios da sua atividade.-----

-----Assim, nesse sentido, convida o Município de Mortágua a tornar-se associado da AREAC para que possa desenvolver projetos em conjunto e contribuir para o desenvolvimento sustentável do Município.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade não tornar-se associado da AREAC.-----

### **5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:**-----

#### **5.1.-JUVENTUDE:**-----

##### **5.1.1.-Apoio Natalidade e Famílias – Ratificação de processos:**-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura nº. 32 e 34 a 38/2015 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

##### **5.1.2.-Bolsas de Estudo 2015/2014 – Abertura de processo:**-----

-----Estando inscrito nas Opções do Plano do corrente ano a atribuição de Bolsas de Estudo, pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- “As diferenças económicas e sociais não devem ser fator impeditivo do acesso à educação e formação.Por isso, e tendo em consideração este princípio, a autarquia pode ter um papel importante no apoio àqueles que, revelando capacidade para prosseguimento nos estudos, se vejam impossibilitados por razões económicas se introduzir fatores de discriminação positiva.-----

-----Considerando o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo aprovado em 1995 e a experiência colhida ao longo dos 20 anos de vigência da sua aplicação.-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Proponho, nos termos do número 3 do Capítulo I do Regulamento, e de acordo com informação da Técnica dos Serviços Sociais do Município, que:-----

-----Para o ano letivo de 2015/2016 seja fixado o montante global máximo de doze mil euros (12.000,00 €) para atribuição de bolsas de estudos.-----

-----O valor dos escalões de cada bolsa sejam por mês de: sessenta euros (60,00€); oitenta euros (80,00€); cem euros (100,00 €); cento e vinte euros (120,00 €); cento e quarenta euros (140,00 €); cento e sessenta euros (160,00€); cento e oitenta euros (180,00 €); duzentos euros ( 200,00€ ).-----

-----O período de apresentação de candidaturas dos jovens seja de 15 outubro a 19 de novembro do corrente ano”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

### **6.- CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----**

#### **6.1.-ASSOCIATIVISMO - Regulamento Municipal Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras :-----**

##### **6.1.1.-Associação de Desenvolvimento Social e Cultural Desportiva de Quilho – VIII Feira da Castanha:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada de 28 de setembro findo, da Associação de Desenvolvimento Social, Cultural e Desportiva de Quilho informando da realização nos dias 24 e 25 de outubro, a VIII Feira da Castanha e de outros Produtos Regionais, e solicitando o apoio financeiro do Município para fazer face às despesas inerentes à realização daquele evento e por forma a manter a mesma imagem e dignidade da mesmo.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio no montante de dois mil euros (2.000,00 €) a transferir mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4º. Do Regulamento de Apoio a Entidades Terceiras.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de noventa e seis mil quinhentos e onze euros e noventa e cinco cêntimos (96.511,95€) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2015/5027– *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas* com um saldo vinte e cinco mil seiscentos e dez euros e setenta e nove cêntimos (25.610,79 €) de devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

### **6.1.2.-Pescamor – Apoio à Atividade Regular e Investimento:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido remetido pela Pescamor – Clube de Pesca Desportiva de Mortágua para apoio à sua atividade regular de pesca desportiva e pintura da sua viatura (Mercedes Sprinter), que conforme orçamento que anexo ascende ao montante de mil oitocentos e setenta e oito euros e sessenta e quatro cêntimos (1.878,64 €), entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Na verdade, esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra na alínea c), do nº.1, do artº. 3º. do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, proponho a atribuição do subsídio no montante de seis mil euros (6.000,00€), sendo quatro mil euros (4.000,00 €) para a atividade regular da associação e dois mil euros (2.000,00 €), a transferir mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4º. daquele Regulamento.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita no orçamento na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de noventa e seis mil quinhentos e onze euros e noventa e cinco centimos (96.511,95€) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2015/5027– *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas* com um saldo vinte e cinco mil seiscientos e dez euros e setenta e nove centimos (5.610,79 €) e nas Opções do Plano no Projeto 2015/5029 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” dotado com financiamento definido de vinte e um mil trezentos e quarenta e seis euros e onze centimos ( 21.346,11 €) e de e tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701 *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cento e setenta e um mil trezentos e quarenta e seis euros e onze centimos (171.346,11 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade atribuir o subsídio de seis mil euros (6.000,00€), sendo quatro mil euros (4.000,00 €) para a atividade regular da associação e dois mil euros (2.000,00 €), a transferir mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4º. daquele Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

### **6.1.3.-Centro Recreativo de Pomares – Apoio a Investimentos:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro pelo Centro Recreativo e Cultural de Pomares para apoio a obras de melhoramento na cozinha do seu edifício sede, que ascendem ao montante de dois mil euros (2.000,00€), entende-se que, à



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Na verdade, esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, a prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra na alínea c), do nº.1, do artº. 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, proponho a atribuição do subsídio no montante de dois mil euros (2.000,00 €), a transferir mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4º. daquele Regulamento.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Projeto 2015/5029 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” dotado com financiamento definido de vinte e um mil trezentos e quarenta e seis euros e onze cêntimos ( 21.346,11 €) e de e tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701 *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cento e setenta e um mil trezentos e quarenta e seis euros e onze cêntimos (171.346,11 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade atribuir o subsídio proposto.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **7.-ACÃO SOCIAL:**-----

#### **7.1.-REDE SOCIAL:**-----

##### **7.1.1.-Cabaz de Natal 2015 :**-----

-----A exemplo dos anos anteriores e porque este gesto de solidariedade acode a situações de maior carência nalgumas famílias do nosso Concelho, pelo Senhor Presidente foi proposto que no Natal deste ano, fosse mais uma vez distribuído a algumas famílias que vivem com maiores dificuldades no seu dia a dia, um cabaz composto por géneros alimentícios de primeira necessidade, contribuindo assim, para que naquela quadra festiva aquelas famílias para além do contributo material possam também sentir solidariedade da Autarquia para com os mais necessitados, conforme informação dos Serviços Sociais do Município.-----

-----O Senhor Presidente propôs que os Serviços Sociais do Município procedessem à elaboração de levantamento das famílias carenciadas existentes no Município tendo em consideração a composição do agregado familiar e respetivas condições sócio-económicas.-----

-----Apreciado o assunto a Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao levantamento das famílias carenciadas tendo em atenção a composição do agregado familiar e respetivas condições sócio económicas, e que o mesmo seja presente para apreciação em próxima reunião de Câmara.-----

#### **7.2.-IPSS:**-----

##### **7.2.1.-Centro Balmar – Fundação de Beneficência e Cultura – Apoio a atividade comemorativa do Dia Mundial da Saúde:**-----

-----Senhor Presidente foi a presentes as carta de 22 setembro findo do Centro Balmar – Fundação de Beneficência e Cultura , informando que em parceria com a Unidade de Cuidados

-----Continuados na Comunidade do Centro de Saúde vai organizar, no dia 29/09/2015, uma atividade para comemorar o dia Mundial do Coração.-----

-----O evento está destinado a diferentes faixas etárias desde crianças do Jardim Escola João de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Deus, alunos do 5º. Ano do Agrupamento de Escolas, utentes do Centro Balmar, do Lar da Santa Casa da Misericórdia e do Lar da Cruz, assim como toda a comunidade em geral.-----

-----A concretização daquela ação tem como objetivo promover hábitos de vida saudáveis de forma a prevenir doenças do coração desde os mais jovens até aos mais idosos.-----

-----Assim, e considerando que aqueles atividades encontram-se inscritas no seu plano de atividades solicita o apoio financeiro do Município para fazer face às despesas inerentes às mesmas.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de noventa e seis mil quinhentos e onze euros e noventa e cinco cêntimos (96.511,95 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Ação Social, no projeto 2015/5031– Apoio Atividades IPSS com um saldo dez mil euros (10.000,00 €) de devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio no montante de quatrocentos euros (400,00 €).-----

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o seu artigo 2º.-----

### **8.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:**-----

#### **8.1.-BAIRRO DE HABITAÇÃO SOCIAL DA GANDARADA:**-----

##### **8.1.1.-Pedido de rescisão de contrato de arrendamento:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta de Maria Assunção Marques Oliveira, datada de 18 de setembro findo, na qualidade de titular o do contrato de arrendamento de um T2, lote 9, Piso 1, Esq.. no Bairro de Habitação Social da Gandarada que lhe foi atribuído na



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

sequência do concurso público efetuado para o efeito, a solicitar a denúncia do referido contrato de arrendamento a partir de 15 de outubro.-----

----A Câmara deliberou por unanimidade aceitar a denúncia do contrato com efeito a partir de 15 de outubro, prescindindo do aviso prévio de 120 dias estabelecido na Lei, condicionada à realização de vistoria pelos serviços municipais para verificação do estado em que se encontra o fogo.-----

### **8.1.2.-Pedido de Realojamento:-----**

----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação da Técnica dos Serviços Sociais do Município em que, de acordo com os pressupostos daquela informação que fica arquivado no respetivo processo, propõe a atribuição de um fogo (tipologia T2) no Bairro de Habitação Social da Gandarada para realojamento da agregado familiar monoparental de Albano Rodrigues Martins Antunes e do seu filho de maior idade, considerando que a situação daquele agregado familiar se enquadra no nº.1 do artigo 14º. da Lei nº. 81/2014, de 19 de dezembro.---

----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a atribuição do fogo para realojamento do agregado familiar de Albano Rodrigues Martins Antunes, face ao teor da informação da Técnica dos Serviços Sociais do Município e por se verificarem os pressupostos legais.-----

### **8.1.3.-Fogos devolutos:-----**

----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação da Técnica dos Serviços Sociais do Município datada de 1 de outubro corrente através da qual dá conhecimento do ponto da situação em que se encontram os fogos devolutos do Bairro de Habitação Social da Gandarada, concluindo que o fogo de tipologia T2, lote 6, 1º.Dtº. Fração C reúne condições para se proceder à sua atribuição.-----

----A Câmara por unanimidade proceder a atribuição do fogo para realojamento do agregado familiar de Albano Rodrigues Martins Antunes.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **8.2.-PLANEAMENTO URBANÍSTICO:-----**

#### **8.2.1.-ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA AMPLIAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL MANUEL LOURENÇO FERREIRA:-----**

##### **8.2.1.1.-Relatório de Ponderação da Participação Preventiva:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o relatório de Ponderação Participativa Preventiva da “Determinação da Alteração do Plano de Pormenor para Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira” para a formulação de sugestões e apresentação de informações sobre quaisquer questões que pudessem ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração, que, nos termos do nº.2 do artº. 77º. do Decreto - Lei nº.390/299, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº.46/2009, de 20 de fevereiro, foi efetuada no período de 3/03/2015 e 14/04/2015 verificando-se que não se registou qualquer sugestão ou informação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

##### **8.2.1.2.-Proposta de Alteração:-----**

-----A Proposta de Alteração ao Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira foi presente a reunião extraordinária de 09 de fevereiro de 2015, que deliberou iniciar o procedimento de alteração do Plano e estabelecer um período de participação pública para a formulação de sugestões e para apresentação de informações de acordo com o estipulado no nº.2 do artigo 77º. e alínea b) do nº. 4 do artigo 148º do Decreto-Lei nº. 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo decreto-lei nº. 46/2009, de 20 de fevereiro (regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial).-----

-----A referida deliberação de início de procedimento bem como os respetivos termos de referência foram objeto de publicação no Diário da República 2ª. Série nº. 42, de 2/03/2015, aviso nº. 2265/2015, e divulgada através da comunicação social e página da internet do Município de Mortágua. -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Nos termos da deliberação de Reunião de Câmara de 1 de abril de 2015, o prazo de participação preventiva foi prorrogado por um período adicional de 15 dias, contados a partir do término do prazo inicialmente fixado (terminou a 14 de abril).-----

-----Durante este período de participação não foram formuladas sugestões nem apresentadas informações sobre quaisquer questões a considerar no âmbito do processo.-----

-----Nos termos dos pontos 3 a 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho e nos termos do ponto 7 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da Alteração ao Plano de Pormenor foram solicitados e emitidos o pareceres pelas entidades dos interesses a ponderar relativamente ao Relatório de Fatores Críticos.-----

-----A Câmara enviou à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro CCDRC a proposta de Alteração ao Plano de Pormenor e respetivo Relatório Ambiental, e solicitou nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 75.º – C do RIGT, a realização da Conferência de Serviços com todas as entidades representativas dos interesses a ponderar.-----

-----Foi realizada, em 2 de setembro de 2015, a Conferência de Procedimental, promovida pela CCDRC, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 86.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial RJIGT em vigor, aprovado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio.-----

-----Nos termos do artigo 85.º do Decreto Lei n.º 80/2015, de 14 de maio a CCDDR emitiu, e enviou através do ofício referência DOTCN/15, Proc.º PPO-VI.08.00/2-15, de 21/09/2015, parecer final sobre Proposta de Alteração ao Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel que traduz a decisão global e definitiva e vinculativa para toda Administração Pública, no âmbito do qual se pronuncia exclusivamente sobre o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis e sobre a conformidade ou compatibilidade da proposta com os instrumentos de gestão territorial existentes, que se dá aqui por integralmente reproduzido, e cuja cópia fica apensa à ata da presente minuta, transcrevendo-se o ponto 4.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Conclusão:-----

-----“Face ao exposto e nos termos do disposto no artigo 85º. do RJIGT, informa-se V. Exª. que esta Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro emite parecer final favorável condicionado à prévia resolução dos aspetos de legalidade identificados no anterior ponto 2 e à posterior alteração do PDM por adaptação, no sentido de garantir a conformidade entre estes dois instrumentos de gestão territorial, nos termos referidos no ponto 2”-----

-----Atendendo à tramitação prevista no RJIGT, o processo deverá prosseguir para discussão pública nos termos dos nºs. 1 e 2 do artigo 89 do mesmo diploma legal.-----

-----A Câmara, depois de analisar o assunto deliberou por unanimidade proceder à abertura de um período de Discussão Pública, nos termos do disposto nos nº.1 e 2 do artigo 89º. do Decreto-Lei nº. 80/2015, de 14 de maio ( RJIGT).-----

### **9.-SANEAMENTO E SALUBRIDADE:**-----

#### **9.1.-CEMITÉRIOS E CASAS MORTUÁRIAS:**-----

##### **9.1.1.-Projeto de Ampliação do Cemitério Municipal:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para aprovação o projeto de Requalificação Urbanística e Ampliação do Cemitério Municipal de Mortágua”.-----

-----O projeto prevê a utilização de cerca de 1.000 m2 de terrenos localizados a poente do atual cemitério e permitirá a implantação de cerca de 200 sepulturas, 13 jazigos, acessibilidades pedonais e 1 bloco de 60 gavetões pré-moldados (se no futuro for pretendida melhor rentabilização do espaço disponível).-----

-----A estimativa do custo prevista é de cem mil euros (100.000,00 €).-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o projeto.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **10.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----**

#### **10.1.-ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL:-----**

##### **10.1.1.-CIM DA REGIÃO DE COIMBRA – Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Região de Coimbra:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 400/2015, de 24 de setembro findo, da Comunidade Intermunicipal de Região de Coimbra, através do qual remete cópia do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial daquela CIM, celebrado com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020, a Autoridade de Gestão do programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (POSEUR), a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), a Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

##### **10.1.2.-Associação Comercial e Industrial da Bairrada e Aguiçeira – Parceria de colaboração a Projetos do Portugal 2020:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 2015/DAF/0012, de 15 de setembro findo, da ACIBA-Associação Comercial e Industrial da Bairrada e Aguiçeira através do qual convida esta Câmara Municipal para uma futura parceria de colaboração dos projetos de PORTUGAL 2020 – CENTRO – programa Operacional Regional do Centro, nomeadamente:-----

-----Projeto de criação de gabinete de apoio às empresas, através do Sistema de Apoio a Ações Coletivas – Promoção do Espírito Empresarial, Aviso 51-2015-01;-----

-----Projeto de divulgação da oferta turística e de produtos endógenos da região através do Sistema de Apoio a Ações Coletivas Internacionalização, Aviso 52-2015-01.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aceitar a parceria.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **11.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:-----**

#### **11.1.-ESTUDO PRÉVIO DO PROJETO PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA RIBEIRA DA FRAGA – Criação de percurso pedestre entre Barril e Parque Verde:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Estudo Prévio do projeto de execução acima referido acompanhado da informação do Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, datada de 4 de agosto corrente, sobre o assunto em epígrafe e através da qual informa que:-----

-----“ O Estudo Prévio do projeto de execução da “Requalificação e Valorização da Ribeira da Fraga – Criação de Percorso Pedestre entre o Barril e Parque Verde”, agora apresentado reúne condições para ser aprovado pela Câmara Municipal.-----

-----Com efeito o estudo prévio, traduz as premissas constantes no caderno de encargos elaborado do projeto, bem como as conclusões das reuniões técnicas subsequentes, onde se delinearam diretivas a ter em atenção para a elaboração do projeto.-----

-----Assim, embora existindo alguns pormenores de projeto a “limar” antes do projeto final de execução, entendo que o estudo prévio reúne condições para ser aprovado”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o Estudo Prévio do projeto de execução da “Requalificação e Valorização da Ribeira da Fraga – Criação de Percorso Pedestre entre o Barril e Parque Verde”.-----

### **12.-ADMINISTRAÇÃO:-----**

#### **12.1.-ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2016 (ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO):-----**

-----O Senhor Presidente deu conhecimento que se encontrava a trabalhar na elaboração dos documentos previsionais para o ano de 2016 (Opções do Plano e Orçamento) a serem apreciados e aprovados pela Câmara e remetidos à Assembleia Municipal no final do corrente



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

mês de outubro e informou os Senhores Vereadores que podem, se o entenderem, apresentar até ao próximo dia 16 de outubro as suas propostas/sugestões de ações ou projetos a incluir naqueles documentos, tendo embora em consideração que o Plano de Investimentos é plurianual.-----

-----Os membros do Executivo presentes tomaram conhecimento.-----

### **12.2.-INICIO DE PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE BOLSAS DE MOBILIDADE EUROPEIA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Com a entrada em vigor a oito de abril de dois mil e quinze, do novo Código Procedimento Administrativo (CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 4/2015, de sete de janeiro, este diploma estabelece relativamente ao procedimento do regulamento administrativo, que se deva dar publicitação do início do procedimento, à constituição como interessados e à apresentação de contributos na elaboração de um Projeto de Regulamento que se queira fazer aprovar pelos órgãos competentes do município, in casu, o Projeto de Regulamento Municipal de Bolsas de Mobilidade Europeia.-----

-----Nesta conformidade, o nº. 1, do artigo 98º. do CPA, consagra que o início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.-----

-----Assim, propõe-se que ao abrigo do disposto no nº. 1, do artigo 98º. do CPA e no âmbito da competência prevista na alínea k) do nº. 1 do artigo 33º. do Anexo I à Lei nº.75/2013, de doze de setembro, delibere:-----

-----1.-Dar início ao procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento de que dispõe como objeto estabelecer os princípios aplicáveis à atribuição de Bolsas de Estudo a alunos do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Concelho a estudar na Europa.-----

-----2.--Que a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento se processe por meio de requerimento, a dirigir ao Presidente da Câmara, identificando devidamente o requerente e o procedimento.-----

-----3.--Que se proceda à publicitação no sítio da internet do Município [www.cm-mortagua.pt](http://www.cm-mortagua.pt), do início do procedimento nos moldes previstos no artigo 98º. do CPA”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

### **12.3.-QUOTA DE 2016 – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a circular referência 82/2015, de 18 de setembro findo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses informando que o valor da quota do ano de 2016 será no montante de quatro mil duzentos e vinte e sete euros e setenta e dois cêntimos (4.227,72€).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **12.4.-CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ELEVADOR DA ESCOLA EB 2,3 DE MORTÁGUA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o contrato celebrado, abrigo da autorização de dispensa do parecer prévio favorável aprovada na Reunião de Câmara de 15/07/2015, com a TYSSSENKRUPP – Elevadores para a assistência técnica do elevador instalado na EB 2,3 de Mortágua, pelo período de 3 anos, e pelo valor total de três mil e sessenta euros (3.060,00 €).

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade dar conhecimento à Assembleia Municipal da celebração do contrato considerando que é compromisso plurianual assumido no âmbito da autorização prévia genérica aprovada por aquele órgão na sua sessão ordinária de 12/12/2014.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **13.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:**-----

#### **13.1.-PROCº. Nº.1/2014/ 6 DE AUTORIZAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE INDÚSTRIA NO LOTE 5 DO PARQUE INDUSTRIAL MANUEL LOURENÇO FERREIRA – Isenção de Pagamento de Taxa:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento da Recypolym, Lda. , com sede no lote 5 do no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, em Mortágua a requerer a isenção de pagamento da taxa no valor de quatrocentos e noventa euros (490,00€) referente à autorização de alteração da utilização do Procº. 01/2012/254, de autorização de alteração da utilização de indústria.-----

-----Conforme o previsto na alínea b) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “Às empresas que criem no mínimo 5 postos de trabalho.”-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº.2 do artº. 16º. da Lei nº.73/2013 de 3 de setembro.-----

-----Assim , a Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão à Recypolym, Lda. , com sede no lote 5 do no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, em Mortágua da isenção de pagamento da taxa no valor de quatrocentos e noventa euros (490,00€) referente à autorização de alteração da utilização de industria do Procº. 01/2012/254, de autorização de alteração da utilização de indústria.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **13.2.-ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCº. Nº. 01/2009/290 – ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MORTÁGUA (alínea c), nº.1, artº.29º. RMUET) :-----**

-----Foi presente o requerimento registado sob o nº. 688/2015 da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mortágua, com sede na Av. dos Bombeiros Voluntários, nº. 13, em Mortágua, a requerer a isenção de pagamento da taxa no valor de oitocentos e setenta euros e trinta e cinco cêntimos (870,35 €), referente ao processo nº.1/2014/294 de emissão da autorização de utilização da alteração do Quartel de Bombeiros.-----

-----Conforme o previsto na alínea c) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “As pessoas coletivas de direito público ou utilidade pública que, por legislação especial, beneficiem de idêntico regime.”-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº.2 do artº. 16º. da Lei nº.73/2013 de 3 de setembro.-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mortágua a isenção de pagamento da taxa no valor de oitocentos e setenta euros e trinta e cinco cêntimos (870,35 €), referente ao processo nº.1/2014/294 de emissão da autorização de utilização da alteração do Quartel de Bombeiros.-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **13.3.-ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCº. Nº. 01/2015/144 – CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO E MUROS DE VEDAÇÃO (alínea e), nº.1, artº.29º. RMUET):------**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o nº. 01/2015/667, de Joelle Gonçalves Semedo a requerer, nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de setecentos e noventa e seis euros e cinquenta e três cêntimos (796,53 €) e de TMU no valor de setecentos e dois euros e quarenta e seis cêntimos (702,46 €), referente ao processo nº. 01/2015/144 Construção nova (habitação/ muros de vedação), sita na Rua das Rosas, em Vale de Açores, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, ou individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº.2 do artº. 16º. da Lei nº.73/2013 de 3 de setembro.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento a Joelle Gonçalves Semedo da taxa de licenciamento no valor de setecentos e noventa e seis euros e cinquenta e três cêntimos (796,53 €) e de TMU no valor de setecentos e dois euros e quarenta e seis cêntimos (702,46 €), referente ao processo nº. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

01/2015/144 Construção nova (habitação/ muros de vedação), sita na Rua das Rosas, em Vale de Açores, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

### **13.4.-REQº. Nº. 04/2015/40, DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO O PRÉDIO RÚSTICO INSCRITO SOB O ARTIGO 5854 DA MATRIZ DA FREGUESIA DE TREZOI CONFRONTA A SUL COM RUA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o procº. 04/2015/664, requerimento registado com nº. 04/2015/40, de Paula Cristina Maurício Fernandes, residente na Rua Central nº.1 , na Moura, Freguesia de Trezoi, a requerer na qualidade de proprietário do prédio rústico sito na Rua Central, na Moura, inscrito na matriz da Freguesia de Trezoi sob o artigo 5854, a emissão de certidão comprovativa de que o mesmo confronta a Sul com a Rua Central, na Moura, conforme planta topográfica que anexa, destinando-se a mesma a apresentar na Conservatório do Registo Civil, Predial e Cartório Notarial para efeitos de correção das confrontações do prédio.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e as informações técnicos constantes no processo, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

### **13.5.-PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE E AMPLIAÇÃO DE COMPARTES:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os processos:-----

-----a) Registado com o nº. 10.2015.50, em nome de Laurinda Clara Fernandes, na qualidade cabeça de casal da herança indivisa por óbito de Cipriano António Fernandes, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia do Sobral, com o artigo 11441 no local denominado “Sopé”, com a área de 0,170000 ha, a requerer a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de registo de escritura de partilhas a favor de Laurinda Clara Fernanda e Artur Basílio Fernandes.-----

-----b) Registado com o nº. 10.2015.51, em nome de Laurinda Clara Fernandes, na qualidade cabeça de casal da herança indivisa por óbito de Cipriano António Fernandes, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia do Sobral, com o artigo 11827 no local denominado “Portela”, com a área de 2.240 m2, a requerer a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilhas a favor de Artur Basilio Fernandes e de Etelvina dos Prazeres Fernandes Azevedo.-----

-----c) Registado com o nº. 10.2015.52, em nome de Laurinda Clara Fernandes, na qualidade cabeça de casal da herança indivisa por óbito de Cipriano António Fernandes, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia do Sobral, com o artigo 10944 no local denominado “Vale de Meroiço”, com a área de 4.000m2, a requerer a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilhas a favor de Etelvina dos Prazeres Fernandes Azevedo e Artur Basilio Fernandes.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

### **13.6.-PROCESSOS DE EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:----**

#### **13.6.1.-Procº. Nº. 08/2015/03, sito na Rua Principal, em Vale de Carneiro:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 08/215/75, referente ao prédio em mau estado de conservação, sito na Rua Principal, Vale de Carneiro, Freguesia de Espinho, de propriedade Irene Augusta, residente na Rua Principal, 17, Vale de Carneiro, na sequência da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

deliberação aprovada na reunião de câmara de 03/06/2015 e comunicada através do ofício DAGF/AG 2411, de 9/06/2015 para “proceder, no prazo de 60 dias, à demolição das paredes que eventualmente ofereçam risco para a via pública até uma altura de perfeita estabilidade e segurança, depositando as pedras no seu interior, e retirar toda a madeira e outro lixo por forma a não haver risco de incêndio”.-----

-----O Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território, emitiu, em 14/08/2015, Parecer Técnico que conclui que “por informação da Fiscalização Municipal bem como registo fotográfico complementar (fl. 27 e 28) indicam que apesar de alguma melhoria pontual, continuam em causa e por cumprir integralmente as situações expostas no Auto de Vistoria que anexa”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade remeter o processo aos serviços técnicos por forma a permitir ao Executivo Municipal avaliar com rigor, objetividade e transparência o cumprimento da deliberação aprovada na Reunião de Câmara de 03/06/2015, devendo a informação técnica fundamentar e especificar em que medidas a mesma foi cumprida, indicando objetivamente os elementos concretos do incumprimento.-----

### **13.6.2.-Procº. Nº. 08/2015/05, sito na Rua do Arco, Vale de Remígio:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Parecer Técnico, datado de 07/09/2015, do Chefe da DPAT, emitido na sequência da informação dos serviços de Fiscalização Municipal de 26/08/2015, dando conhecimento do adiantado estado de degradação, em que se encontra uma edificação sita na Rua do Arco, em Vale de Remígio, propriedade de Cilene do Carmo Oliveira, residente na Rua do Vagueiro, nº.2, em Vale de Remígio, e que conclui o seguinte:---

-----“ -Trata-se de uma situação de violação do “Dever e Conservação” e “Proibição de Deterioração” previstos nos artigos 89º. E 89-A do RJUE, sujeitas a instauração de processo de contra-ordenação previsto na alínea t) do nº.1 do artigo 98º. E coima entre 500 € e 100.000 €.”-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----- Nesta 1ª. Fase propõe-se que o munícipe seja notificado no sentido de proceder urgentemente e no prazo de 2 semanas à demolição e limpeza de entulhos sobrantes.-----

----- Que se instaure processo de contra-ordenação que garanta a sua prossecução.-----

----- Propõe-se ainda o início do processo de realização de vistoria prévia.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, mandar proceder a vistoria que conclua do estado em que a construção se encontra e se constitui perigo para a saúde ou para a segurança das pessoas, tendo em vista poder deliberar em conformidade com a alínea w ), do número 1 do artigo 33 °. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Mais foi deliberado por unanimidade que, por forma a permitir ao Executivo Municipal avaliar com rigor, objetividade e transparência o real estado de degradação das edificações e os concretos elementos que constituam perigo para a saúde pública, pessoas ou bens, o auto da respetiva vistoria deverá fundamentar e especificar a realização, ou não, de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança das edificações, ou demolição nos termos do disposto no nº. 2 e 3 do artigo 89º. do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, com as posteriores alterações.-----

### **13.6.3.-Procº. Nº. 08/2015/06, sito no Largo da Feira em Vale de Acores:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Parecer Técnico, datado de 10/09/2015, do Chefe da DPAT, emitido na sequência da informação dos serviços de Fiscalização Municipal de 26/08/2015, dando conhecimento do adiantado estado de degradação, em que se encontra uma edificação sita no Largo da Feira em Vale de Remígio, propriedade de Maria de Lurdes Mirando Servo, residente na Rua das Escolas, nº.2 Portomar, 3070 – 363 Mira , e que conclui o seguinte:-----

-----“ -Trata-se de uma situação de violação do “Dever e Conservação” e “Proibição de Deterioração” previstos nos artigos 89º. E 89-A do RJUE, sujeitas a instauração de processo de contra-ordenação previsto na alínea t) do nº.1 do artigo 98º. E coima entre 500 € e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

100.000 €.-----

-----Nesta 1ª. Fase propõe-se que o munícipe seja notificado no sentido de proceder urgentemente e no prazo de 2 semanas à demolição e limpeza de entulhos sobrantos.-----

-----Que se instaure processo de contra-ordenação que garanta a sua prossecução.-----

-----Propõe-se ainda o início do processo de realização de vistoria prévia.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, mandar proceder a vistoria que conclua do estado em que a construção se encontra e se constitui perigo para a saúde ou para a segurança das pessoas, tendo em vista poder deliberar em conformidade com a alínea w ), do número 1 do artigo 33 °. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Mais foi deliberado por unanimidade que, por forma a permitir ao Executivo Municipal avaliar com rigor, objetividade e transparência o real estado de degradação das edificações e os concretos elementos que constituam perigo para a saúde pública, pessoas ou bens, o auto da respetiva vistoria deverá fundamentar e especificar a realização, ou não, de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança das edificações, ou demolição nos termos do disposto no nº. 2 e 3 do artigo 89º. do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, com as posteriores alterações.-----

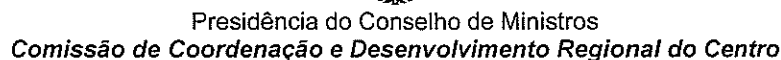
-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

*René R. M.*

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----



S. M. MONTAXILA - BESPACET	
DATA	DE
001	X
002	
003	
004	
005	
006	
007	
008	
009	
010	
011	
012	
013	
014	
015	
016	
017	
018	
019	
020	
021	
022	
023	
024	
025	
026	
027	
028	
029	
030	
031	
032	
033	
034	
035	
036	
037	
038	
039	
040	
041	
042	
043	
044	
045	
046	
047	
048	
049	
050	
051	
052	
053	
054	
055	
056	
057	
058	
059	
060	
061	
062	
063	
064	
065	
066	
067	
068	
069	
070	
071	
072	
073	
074	
075	
076	
077	
078	
079	
080	
081	
082	
083	
084	
085	
086	
087	
088	
089	
090	
091	
092	
093	
094	
095	
096	
097	
098	
099	
100	

REUNIÃO DE CÂMARA  
DE 07/10/2007  
DELIBERAÇÃO Câmara Civil  
n.º 1.234 e a aprovação da  
proposta de alteração

## Data

21 SEP 2011

~~ASSUNTO: Alteração ao Plano de Pormenor de Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira - Emissão de parecer final nos termos do disposto no artigo 85º do RJIGT~~

Reportando-nos ao assunto mencionado em epígrafe e em cumprimento do disposto no artigo 85º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJGT) em vigor, aprovado pelo D.L. n.º 80/2015, de 14 de maio, compete à CCDRC, no prazo de 15 dias após a conferência procedimental, emitir um parecer final, que traduza uma decisão global definitiva e vinculativa para toda a Administração Pública, no âmbito do qual se pronuncia exclusivamente sobre o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis e sobre a conformidade ou compatibilidade da proposta com os instrumentos de gestão territorial existentes.

Neste contexto, informa-se V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte:

### **1. Da conferência procedimental**

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 86º do RJGT em vigor, realizou-se no passado dia 2.09.2015 uma Conferência Procedimental (CP), tendo por objeto a presente proposta de alteração do Plano de Pormenor de Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, da qual foi lavrada ata, cujo original se anexa para arquivo no processo dessa Câmara Municipal.

Para a referida Conferência Procedimental foram convocadas as seguintes entidades:

- Administração Regional de Saúde do Centro IP
- Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP (APA)
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)
- Direção Geral do Território (DGT)
- IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação IP (IAPMEI), EDP – Distribuição de Energia SA.

O quadro seguinte sintetiza as posições transmitidas pelas entidades convocadas, as quais constam da referida ata.



Presidência do Conselho de Ministros  
*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro*

**3. Da conformidade ou compatibilidade com os programas e planos territoriais em vigor**

A presente proposta não se conforma com o Plano Diretor Municipal de Mortágua em vigor, pelo que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 121º do RJIGT, no prazo de 60 dias após a publicação da presente alteração no Diário da República, deve o PDM ser objeto de uma alteração por adaptação, nos termos definidos naquele artigo, para que fique garantida a conformidade entre ambos os instrumentos de gestão territorial.

**4. Conclusão**

Face ao exposto e nos termos do disposto no artigo 85º do RJIGT, informa-se V. Ex.ª que esta Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro emite **parecer final favorável condicionado à prévia resolução dos aspetos de legalidade** identificados no anterior ponto 2 e à **posterior alteração do PDM por adaptação**, no sentido de garantir a conformidade entre estes dois instrumentos de gestão territorial, nos termos referidos no ponto 3.

Com os melhores cumprimentos, 

O Vice-Presidente



(António Júlio Silva Veiga Simão)

AG/

Em anexo: Ata da conferência Procedimental realizada em 02.09.2015 (original)



Linha  
Linha  
E

**ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DE AMPLIAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL  
MANUEL LOURENÇO FERREIRA**

**CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL – ATA  
2 de setembro de 2015**

Aos dois dias do mês de setembro de dois mil e quinze, pelas 10 horas e 30 minutos, realizou-se nas instalações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), uma Conferência Procedimental (CP), tendo por objeto uma proposta de alteração do Plano de Pormenor de Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, elaborada pela Câmara Municipal de Mortágua, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 86º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT) em vigor, aprovado pelo D.L. n.º 80/2015, de 14 de maio.

Face às características da área e da proposta do Plano e aos interesses envolvidos, foram convocadas, para a reunião, as seguintes entidades:

- Administração Regional de Saúde do Centro, IP
- Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP (APA)
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)
- Direção Geral do Território (DGT)
- IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação IP (IAPMEI)

Foi igualmente convidada para estar presente a Câmara Municipal de Mortágua, enquanto entidade responsável pela elaboração da presente proposta.

Estiveram presentes as entidades constantes da folha de presenças anexa.

A representante da CCDRC abriu a reunião, agradecendo a presença de todos. Referiu que com a entrada em vigor, no passado dia 13 de julho, do novo RJIGT, aprovado pelo D.L. n.º 80/2015, de 14 de maio, a presente proposta deve observar o disposto no mesmo, porquanto estabelece o artigo 197º que as respetivas regras se aplicam aos procedimentos já iniciados à data da sua entrada em vigor, sem prejuízo da salvaguarda dos atos já praticados, com exceção dos instrumentos de gestão territorial que se encontrem em fase de discussão pública.

A presente Conferência Procedimental (designação que substitui a anterior “Conferência de Serviços”) visa dar cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 86º e reunir, num momento único, as posições de todas as entidades representativas dos interesses a ponderar e das entidades com responsabilidades ambientais específicas.

De salientar que, no atual quadro legal, deixou de existir o prazo adicional de 5 dias para a pronúncia das entidades que não estivessem presentes na reunião ou que na mesma não emitissem parecer, aplicando-se agora o n.º 3 do artigo 84º (por remissão do n.º 3 do artigo 86º), nos termos do qual caso o representante da entidade não manifeste, na conferência procedimental (CP), a sua discordância com as soluções

projetadas ou não compareça à reunião, nem o serviço ou entidade que representa manifeste a sua posição até à data da mesma, considera-se nada ter a opor à proposta.

Após a conferência procedimental, a CCDRC deverá proferir, no prazo de 15 dias, um parecer final, que traduzirá uma decisão global definitiva e vinculativa para toda a Administração Pública, no âmbito do qual se pronunciará sobre o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis e sobre a conformidade ou compatibilidade da proposta com os instrumentos de gestão territorial existentes, por aplicação, por analogia, do disposto no artigo 85º do RIJGT em vigor.

Nos termos do artigo 87º do mesmo regime, após a emissão daquele parecer final, a Câmara Municipal promove, nos 20 dias subsequentes, a realização de uma reunião de concertação com as entidades que, no âmbito daquela conferência, tenham discordado expressa e fundamentadamente da proposta, tendo em vista obter uma solução concertada.

Estabelece ainda o novo RIJGT que, na ausência de consenso, a Câmara Municipal elabora a versão final da proposta de plano municipal a submeter a discussão pública, optando pelas soluções que considere mais adequadas, mas salvaguardando a respetiva legalidade (cf. o n.º 2 do artigo 87º do RIJGT).

Antes de se passar a palavra às entidades, o Sr. Presidente da Câmara Municipal agradeceu a presença de todos e reiterou a importância desta proposta de alteração para o concelho, apresentando os seus principais fundamentos. Manifestou ainda a total disponibilidade do município para colaborar com as seguintes em tudo o que seja necessário.

Passou-se em seguida a palavra às entidades presentes, para comunicação das respetivas posições.

#### Administração Regional de Saúde do Centro, IP

A representante da ARSC informou que relativamente aos elementos apresentados, esta entidade nada tem a opor, reconhecendo ainda o interesse deste projeto para o concelho de Mortágua.

#### Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Centro

O representante desta entidade fez-se acompanhar do respetivo parecer, de teor favorável condicionado, que se anexa à presente ata, cujos principais aspetos foram apresentados e explicados na reunião.

#### Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)

A ANPC enviou antecipadamente um ofício que se anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante, do qual consta a posição desta entidade, de sentido favorável com algumas recomendações, cujo conteúdo foi apresentado e explicado na reunião pelo seu representante.

#### Direção Geral do Território (DGT)

A DGT enviou antecipadamente um ofício que se anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante, do qual consta a posição desta entidade, de sentido desfavorável até que seja apresentada a proposta para a alteração do plano com base em cartografia de referência devidamente homologada, conforme determinado pelo D.L. n.º 141/2014, de 19 de setembro, cujo conteúdo foi apresentado e explicado na reunião pelo respetivo representante.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, após análise ao parecer emitido pela DGT, lamentou a posição constante do mesmo (parecer desfavorável) e a impossibilidade de sanar este problema no âmbito da presente reunião, lembrando que não se está perante a elaboração de um novo plano, mas apenas de uma alteração do parcelamento em vigor, mantendo-se a totalidade do perímetro da área de intervenção exatamente igual à aprovada.

Mais declarou não ser possível cumprir os pressupostos/exigências constantes da conclusão daquele parecer dentro dos timings previstos pelos compromissos assumidos pela Câmara Municipal.

Informou ainda que a posição unilateral da DGT consubstanciada no referido parecer contraria todos os esforços da autarquia, que adquiriu uma parcela do terreno em causa pelo valor de quatrocentos mil euros para a implantação de novas empresas cujo investimento global ultrapassa os quarenta milhões de euros, envolvendo a criação de mais de cento e vinte novos postos de trabalho, como se pode constatar nos documentos e atas de reunião da Câmara Municipal de 16.07.2014, 01.10.2014 e 04.02.2015, estando estes investimentos condicionados pela aprovação da presente alteração.

Acrescentou que irá responsabilizar politicamente a DGT e dará público conhecimento deste parecer junto de quem a Câmara Municipal entender por conveniente.

O Sr. Eng.º Manuel Reis, em representação da DGT, reiterou a total abertura da entidade para apoiar a autarquia neste processo e disponibilizou-se para a realização de uma reunião de concertação, com vista à resolução desta questão.

#### IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação IP

O IAPMEI enviou antecipadamente um ofício que se anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante, no qual refere que esta entidade nada tem a opor à presente proposta, conforme reiterado pelo seu representante nesta reunião.

#### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

A representante da CCDRC informou o seguinte:

##### **1 – Enquadramento**

O Plano de Pormenor (PP) da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira foi publicado na 2ª série do Diário da República, através do Aviso n.º 4620/2011, de 15 de fevereiro, tendo a sua elaboração sido motivada, essencialmente, pela necessidade de ampliar o parque industrial inicialmente constituído através de uma operação de loteamento datada de 1991 e cujos 16 lotes já se encontravam então totalmente esgotados.

O PP em vigor previu, assim, a constituição de mais 38 parcelas destinadas a indústria, armazenagem e serviços.

Contudo, decorridos 4 anos da entrada em vigor do PP, a elevada procura deste espaço por um lado e a necessidade de expansão de algumas das unidades industriais existentes quer por questões de competitividade quer por questões de adequação às atuais exigências legais, permitiram constatar que o parcelamento previsto está desajustado das dinâmicas atuais do mercado e não permite dar resposta à maioria dessas situações, sobretudo porque as parcelas não têm as dimensões adequadas.

Com efeito, a presente proposta de alteração surge essencialmente da necessidade de proceder ao reajustamento do parcelamento definido no PP em vigor, tendo em conta as necessidades das empresas existentes e das novas empresas que já demonstraram interesse em se implantar nesta área.

Esta necessidade e a urgência em viabilizar a implantação de algumas empresas com financiamentos já aprovados, necessitando para esse efeito de parcelas com áreas inferiores às das parcelas disponíveis no PP, motivou um pedido de suspensão parcial do PP em vigor e de estabelecimento de medidas preventivas para a respetiva área, que foi objeto de parecer favorável da CCDRC, mas que no entanto não avançou, uma vez que a área a suspender se revelou reduzida face a novos pedidos que entretanto surgiram, tendo a CM decidido avançar rapidamente com a alteração ao PP.

Assim, por deliberação de 09.02.2015, a CM Mortágua decidiu dar início ao presente procedimento de alteração do plano em vigor, tendo o período de participação preventiva decorrido durante 15 dias úteis, iniciados após a publicação da deliberação no diário da república.

A referida deliberação foi publicada no DR, 2ª série, n.º 42, de 2 de março, através do Aviso n.º 2265/2015 e publicitada na comunicação social, nomeadamente em dois jornais diários de expansão nacional (Jornal de Notícias e Correio da Manhã), um jornal semanário regional (Defesa da Beira) de um jornal semanário de expansão nacional (Expresso), bem como na página da internet do município, dando assim cumprimento ao definido no n.º 2 do artigo 77.º em conjugação com o n.º 2 do artigo 149º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial que vigorava à data (D.L. n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação dada pelo D.L. n.º 46/2009, de 20 de fevereiro).

Da mesma deliberação consta a decisão de sujeitar a presente alteração a avaliação ambiental estratégica, nos termos dos nº 3 e 4 do artigo 96º do RJIGT então em vigor, decisão esta fundamentada no facto de, ao contrário do estabelecido no PP em vigor, se pretender que a proposta de alteração admita a instalação neste espaço de estabelecimentos industriais sujeitos a avaliação de impactes ambientais (AIA).

Considera a CM que a presente proposta de alteração do PP em vigor decorre da evolução das condições económicas e sociais que lhe estão subjacentes e que fundamentaram as opções definidas no mesmo, enquadrando-se por isso no disposto

no n.º 2 do artigo 93º do RJIGT então vigente (D.L. n.º 46/2009, de 20/02), disposição que se mantém no atual regime, nomeadamente na al. a) do n.º 2 do artigo 115º.

## **2 – Enquadramento nos instrumentos de gestão territorial em vigor**

Não obstante aquando da conferência de serviços realizada para a apreciação do PP em vigor tenha sido referida a desconformidade do mesmo com o PDM e a necessidade de alterar o segundo por adaptação para garantir a conformidade entre ambos, tanto quanto foi possível apurar tal procedimento não foi desencadeado, pelo que se mantém a situação de desconformidade com o referido IGT em vigor.

## **3 – Condicionantes em presença na área do plano/Planta de Condicionantes**

A área de intervenção do plano não abrange quaisquer servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

## **4 – Alterações propostas**

De acordo com o referido no Relatório da proposta, as alterações introduzidas são, sinteticamente, as seguintes:

### **Na Planta de Implantação**

- Redução de 40 para 38 parcelas destinadas a Atividades Económicas.
- Incremento de 50% para 70% das áreas máximas de construção em cada parcela, exceto na parcela 18, cujo incremento passa de 50% para 80%. Assim, o aumento global da área máxima de construção prevista passou de 155.033 m<sup>2</sup> para 230.775 m<sup>2</sup>, a que corresponde um acréscimo de 48,8%
- Foram reajustados os limites das parcelas com unidades industriais já existentes, tendo em consideração o cadastro existente.
- A generalidade das parcelas sem ocupações foram reconfiguradas e renumeradas, com exceção das parcelas 28 a 32, que mantêm a mesma localização e que sofreram apenas pequenos ajustamentos às suas áreas iniciais
- Alteração da estrutura viária, decorrente da reconfiguração parcelar, traduzindo-se numa redução destes espaços em 18,4%.
- As variações verificadas nas áreas destinadas a Espaços Verdes, que registam no global um ligeiro aumento face ao PP em vigor, resultam das alterações aos limites das parcelas.

### **No Regulamento**

- No n.º 2 do artigo 3.º, que identifica as peças que acompanham o Plano, é revogado o “Relatório de Determinação de Impactes Significativos” que isentava o Plano de Avaliação Ambiental Estratégica e é acrescentado o “Relatório Ambiental”, uma vez que se pretende atualmente a sujeição do Plano a este procedimento, pelas razões já enunciadas atrás.
- No n.º 1 do artigo 8.º, eliminando a inibição de instalação de estabelecimentos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental, razão pela qual no presente procedimento de alteração, se optou pela sujeição a Avaliação Ambiental Estratégica, ao contrário do que aconteceu no procedimento da sua elaboração.
- A alteração ao artigo 14.º, reduzindo o faseamento previsto no PP em vigor, de cinco para três fases para a construção das infraestruturas.

– Alteração do Anexo I, que contém todos os parâmetros urbanísticos estabelecidos, adequando-o às alterações introduzidas (reestruturação das parcelas inicialmente propostas e o aumento da capacidade construtiva).

#### Na Planta de Condicionantes

A alteração da planta de condicionantes consistiu apenas na eliminação desta planta do parcelamento proposto, de modo a que caso seja necessário proceder a novas alterações no futuro, tal não obrigue a alterar também esta planta, opção com a qual se concorda inteiramente.

#### Restantes elementos do plano

Foram alterados de forma a conformarem-se com as alterações introduzidas na Planta de Implantação.

#### **5 – Apreciação das alterações propostas**

As alterações propostas incidem quase exclusivamente sobre o parcelamento e a área máxima de construção admitida, encontrando-se globalmente fundamentadas no relatório que acompanha a proposta, assim como a sua necessidade e o procedimento adotado.

Conclui-se ainda que as mesmas dão cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis.

Relativamente às áreas verdes e de utilização coletiva, apesar das alterações propostas resultarem num aumento significativo da área máxima de construção para indústria, armazenagem e serviços, verifica-se que é dado cumprimento ao estabelecido na Portaria n.º 216-B/2008, de 03/03. Com efeito, se considerarmos o parâmetro de referência para o dimensionamento dos espaços verdes e de utilização coletiva mais elevado face ao tipo de ocupação admitido (serviços), que é de 28 m<sup>2</sup>/100 m<sup>2</sup> de área de construção, resulta que, de acordo com a referida Portaria, a proposta de plano deve destinar a espaços verdes uma área de cerca de 64 617 m<sup>2</sup>, sendo que a presente proposta prevê quase o dobro desta área para esta finalidade (120 391 m<sup>2</sup>).

Quanto ao procedimento adotado, o de uma alteração, muito embora haja uma reconfiguração do parcelamento numa parte significativa da área do plano, atendendo a que se continua a estar em presença de um Plano destinado a atividades económicas, e que as alterações propostas não põem em causa os princípios de uso, ocupação e transformação do solo que estiveram subjacentes à elaboração do Plano em vigor, visando antes adequá-lo às necessidades e expectativas atuais e à evolução das condições económicas e dinâmica do mercado, sendo que os objetivos e a estratégia que nortearam a elaboração do PP em vigor mantêm-se nesta proposta, considera-se aceitável a adoção deste procedimento no presente caso.

#### **6 – Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)**

No âmbito do PP em vigor, a CM deliberou isentá-lo de avaliação ambiental estratégica, uma vez que o PP não admitia a instalação de unidades industriais sujeitas

a AIA e, da avaliação efetuada, se concluiu que da implementação do plano não resultariam efeitos negativos significativos.

Contudo, considera a CM que a não aceitação de atividades industriais que possam estar sujeitas a AIA constitui uma forte limitação à ocupação desta área, pelo que optou por eliminar aquela imposição, razão pela qual deliberou sujeitar a presente proposta a AAE. Nesse sentido, nos termos do disposto nos n.ºs 3 a 5 do D.L. n.º 232/2007, de 15 de junho e do n.º 7 do art.º 74º do D.L. n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (então em vigor), em 15.04.2015 a CM apresentou o relatório de fatores críticos, tendo por objetivo determinar o âmbito, o alcance e o nível de pormenorização da informação ambiental a tratar no Relatório Ambiental, concretizando assim a primeira fase do procedimento de AAE.

Sobre aquele relatório foi emitido parecer pelas entidades com responsabilidades ambientais específicas, designadamente a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e esta CCDRC.

No seu parecer, a CCDRC concluiu que o documento em análise suportava a delimitação do âmbito e do alcance da informação ambiental a tratar no Relatório Ambiental, reunindo condições de avançar para a fase seguinte, desde que fossem devidamente acautelados alguns aspetos identificados no parecer e que se prendiam essencialmente com a necessidade de identificar claramente o objeto de avaliação e rever alguns dos indicadores propostos, de forma a que os mesmos fossem objetivos e mensuráveis, associando-os ainda a metas a atingir.

Dando seguimento ao processo de AAE, juntamente com os elementos que acompanham a presente proposta de alteração e em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 107º do RJIGT, a CM apresentou o respetivo Relatório Ambiental (RA).

Da sua análise, resultam as seguintes conclusões:

- O RA acolheu globalmente as recomendações efetuadas nos pareceres emitidos pelas ERAE no âmbito da apreciação do RFC, incluindo o da CCDRC;
- O RA dá cumprimento ao disposto no n.º 1 do art.º 6º do D.L. n.º 232/2007, de 15/07, com exceção das suas alíneas g) e i), porquanto:
  - Não é apresentado um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias (cfr. al. g)).
  - Está em falta o Resumo Não Técnico do RA, pelo que deve o processo ser completado com este documento, de forma a dar cumprimento ao disposto na al. i) do n.º 1 do art.º 6º do D.L. n.º 232/2007, de 15/07.
- Não se percebe claramente quais são as medidas de controlo previstas, em conformidade com a al. h) do n.º 1 do referido artigo 6º e com o artigo 11º do mesmo diploma. Correspondem às “recomendações” que constam dos quadros n.ºs 25 a 33 (pgs. 77 a 85)? Este aspeto deve ser clarificado, de modo a que não subsistam dúvidas quanto ao cumprimento das referidas normas.

Por outro lado, considerando que o atual RJIGT determina que os programas e os planos territoriais devem conter os indicadores qualitativos e quantitativos, que permitam a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos mesmos (n.º 2, artigo 4º e n.º 1 do artigo 187º), deve o RA conter os referidos indicadores qualitativos e quantitativos, identificados de forma diferenciada dos restantes indicadores.

## 7 – Conclusão

Face ao exposto anteriormente, a posição da CCDRC é favorável, condicionada aos seguintes aspetos:

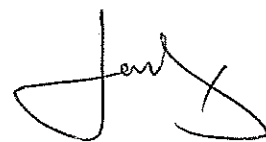
- Após a publicação da presente alteração no Diário da República, deve a CM promover, no prazo de 60 dias, a alteração do PDM por adaptação, por forma a sanar a desconformidade entre aquele e o PP, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 121º do RJIGT.
- O Relatório Ambiental deve ser completado com os elementos referidos no anterior ponto 6, designadamente o RNT e um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias, com vista ao cumprimento do disposto nas al.s g) e i) do regime jurídico da avaliação ambiental estratégica em vigor (D.L. n.º 232/2007, de 15/07).
- No RA, devem também ser devidamente identificadas as medidas de controlo a adotar, nos termos do disposto na al. h) do RJAAE.
- O processo deve ser completado com indicadores quantitativos e qualitativos que permitam a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada na presente alteração, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 4º e no n.º 1 do artigo 187º do RJIGT.

Concluída a comunicação das posições das entidades presentes na reunião, a representante da CCDRC referiu novamente que no prazo de 15 dias a CCDRC irá remeter à Câmara Municipal um parecer final, contendo a pronúncia sobre o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis e sobre a conformidade ou compatibilidade da proposta com os instrumentos de gestão territorial existentes, (artigo 85º do RJIGT em vigor).


Sem mais assunto foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

A presente ata, juntamente com o parecer final, demais pareceres emitidos e os resultados da concertação, deverão acompanhar o processo a submeter a discussão pública, nos termos do RJIGT (artigo 89º, n.º 1).

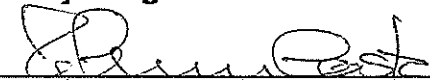




**Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**

  
(Alexandra Grego)

**Administração Regional de Saúde do Centro**

  
(Anunciação Costa)


**Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP**

  
(Nelson Martins)

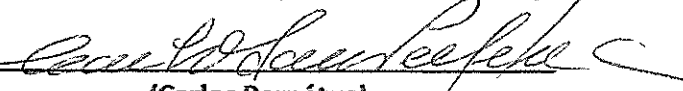
**Autoridade Nacional de Proteção Civil**

  
(Tiago Pocinho)

**Direção Geral do Território**

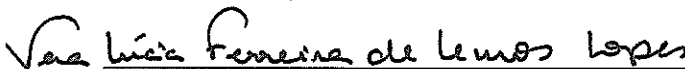
  
(Manuel Reis)

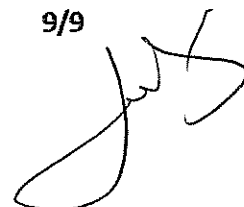
**IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, IP**

  
(Carlos Perpétua)

**Câmara Municipal de Mortágua**

  
(Sr. Presidente, Júlio Norte)

  
(Vera Lemos Lopes)



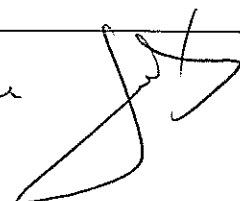
Conferência Procedimental - Ata

2 de setembro de 2015

Folha de Presenças

Nome	Entidade	Rubrica	E-mail/Telef.
Tiago Pocinho	ANPC	Tiago Pocinho	tiago.pocinho@prociiv
Nelson Duarte Martins	APA/ARHC	Nelson Duarte Martins	nelson.martins@ajambiente
João Anunciado Costa	ARSC	João Anunciado Costa	* SRSVish. dsuocost@szsvisu univsaude
Carlos Pereira	IA PME1	Carlos Pereira	carlos.pereira@iapue
Vera Lopes	CD Montagem	Vera Lopes	veraalemoslopes@gmail.com
João Filipe Nogueira	Bras. L. M. Montagem	João Filipe Nogueira	joao.nogueira@cm-mont
Alexandra Grego	CDRC	Alexandra Grego	alexandra.grego@cdrc.pt
MANUEL REIS	DGT	Manuel Reis	mreis@dgterritorio.

\* anunciadocosta@gmail.com



12/05  
31/12/15  
24/05/19



AGÊNCIA  
PORTUGUESA  
DO AMBIENTE

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento  
Regional do Centro  
Rua Bernardim Ribeiro, 80  
3000-069 - Coimbra

12/05/15 2015-09-02  
0507/CO

S/ referência	Data	N/ referência	Data
Correio eletrónico de CCDRC, em		S046801-201509-	
2015/08/04		ARHCTR.DPI	01-09-2015
		ARHC.DPI.00024.2015	

Assunto: Alteração ao PP de ampliação do PI Manuel Lourenço Ferreira

### 1. Regulamento

O regulamento deve mencionar o índice de impermeabilização a adotar na área deste PP.

### 2. Planta de Condicionantes (PC):

Na PC são representadas algumas servidões e restrições de utilidade pública, como por exemplo a associada à conduta adutora de água. No entanto, a documentação apresentada não refere qual a relação entre a representação gráfica e estas servidões e restrições de utilidade pública, o que deve ser esclarecido.

Parte da parcela nº 32 encontra-se dentro da zona terrestre de proteção do Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira (POAA), devendo esta situação ser corrigida, de modo a não interferir com a referida zona terrestre de proteção.

### 3. Avaliação Ambiental Estratégica:

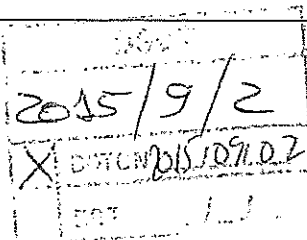
Tal como por nós referido na apreciação efetuada ao relatório de fatores críticos, o ciclo urbano dos recursos hídricos (RH) (água de abastecimento, drenagem de esgotos e águas pluviais) assume importância relevante na gestão dos RH, pelo que a caracterização da situação atual e a resultante da implementação do PP devem ser desenvolvidas, de modo a poder-se avaliar os impactos resultantes. Nesta apreciação deve ter-se em atenção a existência da albufeira de Aguieira e respetivas restrições associadas.

Tal como referido no parecer anteriormente mencionado, no QRE o PEASAAR II deve ser substituído pelo PENSAAR 2020, uma vez que o primeiro foi substituído pelo segundo.



GOVERNO DE  
PORTUGAL

MINISTÉRIO DO AMBIENTE,  
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA



Edifício Fábrica dos Mirandas -  
Avenida Cidade Aeminium,  
3000-429 Coimbra  
Telefone 239 850 200 / Fax 239 850 250  
email: [arhc.geral@apambiente.pt](mailto:arhc.geral@apambiente.pt)

Deve ser mencionada a forma de manutenção das zonas verdes, relativamente ao uso de fertilizantes, pesticidas e a tipologia/origem da água de rega destes espaços e respetivos impactos esperados.

Os indicadores (sobretudo da fase de seguimento) devem ser facilmente mensuráveis, indicando a respetiva métrica, de modo a evitar situações de dúbia interpretação. Os indicadores devem estar associados aos objetivos a atingir, os quais devem estar devidamente referenciados no tempo e no espaço.

Deste modo, o indicador *qualidade dos efluentes hídricos na ETAR Municipal e nas ETA's das empresas* deve ser substituído por percentagem do número total de análises realizadas ao esgoto tratado, cujos resultados estejam em conformidade com a legislação e percentagem do número total de análises realizadas à água para consumo público, cujos resultados estejam em conformidade com a legislação. Este indicador já engloba o indicador *qualidade da água de abastecimento público*.

O indicador *% de reutilização de água* deve ser substituído por percentagem de reutilização de água residual tratada.

O indicador *qualidade da água no rio Criz*, subentende que se pretende verificar os eventuais efeitos da implementação e da exploração do Parque Industrial sobre o rio Criz. Para tal, deverá ser apresentado um plano de monitorização.

Sugere-se que sejam adicionados os seguintes indicadores:

- Percentagem de perdas reais de água pelo sistema de abastecimento público.
- Percentagem de infiltrações e de aflúências indevidas ao sistema de drenagem de esgotos.
- Percentagem de lamas (de ETAR e/ou ETA) valorizadas, relativamente ao volume produzido.

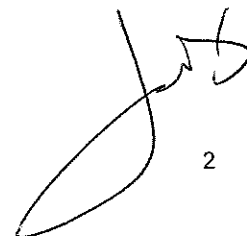
#### 4. Conclusão:

Face ao exposto, emite-se parecer favorável condicionado à resolução das questões anteriormente apresentadas.

Com os melhores cumprimentos.

A Diretora Regional da  
Administração da Região Hidrográfica do Centro

  
Celina Ramos de Carvalho



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento  
Regional da Região Centro  
R Bernardim Ribeiro 80

3000-069 COIMBRA

Sua Referência

Sua Comunicação

Nossa referência  
3412/2015/DPR-DPLN

Data  
21-08-2015

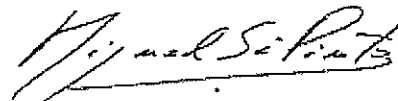
**ASSUNTO: Alteração do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira – Realização de conferência procedimental (n.ºs 3 e 4 do art.º 86º do RJIG aprovado pelo D.L. n.º 80/2015, de 14 de maio)**

Na sequência do vosso ofício ref. DOCN 1211/15 – Proc.-VI.08.00/2-15, e após análise aos documentos disponibilizados pela Câmara Municipal de Mortágua, relativos à Alteração do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira e no que respeita ao setor industrial, nada há a opor por parte destes serviços.

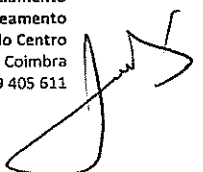
Este parecer não substitui o procedimento relativo ao licenciamento da atividade industrial que vier a ser exercida no local, nos termos do Sistema da Indústria Responsável (SIR) aprovado pelo D.L. n.º 169/2012, de 1 de Agosto, que tem por objetivo prevenir os riscos e inconvenientes resultantes da exploração dos estabelecimentos industriais, com vista a salvaguardar a saúde pública e a dos trabalhadores, a segurança de pessoas e bens, a segurança e saúde nos locais de trabalho, a qualidade do ambiente e um correto ordenamento do território, num quadro de desenvolvimento sustentável.

Com os melhores cumprimentos

Vogal do Conselho Directivo



Miguel Sá Pinto





**INFORMAÇÃO** Nº INF/8628/CDOS18/2015 DATA 2015-08-11 PROCº Nº POT/36/CDOS18/2015

**ASSUNTO:** Planos de ordenamento do território

**Nome do Plano** Avaliação Ambiental da Alteração do Plano Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço

**Distrito** Viseu

**Concelho** Mortágua

**CCDR** Centro

**Dinâmica** Alteração

**Parecer:**

**Despacho:**

Deverá ser identificada a existência do risco de chela/inundações na área do Plano e caracterizadas as áreas correspondentes aos leitos de chela (em especial em áreas urbanas de extensa ocupação e com impermeabilização do solo), apresentando estimativas das potenciais consequências para as populações, bens e ambiente.

Nº. 000000000 VISEU

**COMANDO DISTRIAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO DE VISEU**  
Avenida Alberto Sampaio, n.º17 | 3514-512 Viseu - Portugal  
Tel.: + 351 23 248 42 30 | Fax: + 351 23 248 42 39 | NIF: 600 082 490  
www.prodiv.pt | cdos.viseu@prodiv.pt

1/3



Deverá ser caracterizado o risco de incêndio florestal na área do Plano, nomeadamente através da análise estatística do número de ocorrências e de área ardida e da identificação de áreas de povoamentos florestais percorridas por incêndios nos últimos 10 anos. Para as áreas classificadas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios como apresentando risco de incêndio "alto" ou "muito alto", deverão ser apresentadas medidas mitigadoras.

A carta de risco de incêndio florestal (prevista no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro) deverá integrar a cartografia do Plano.

Deverá ser caracterizado o risco de incêndio/acidente industrial na área do Plano. Deverão ser referidas as Zonas Industriais existentes e inventariadas as tipologias de estabelecimentos existentes, bem como, se possível, inventariadas as principais substâncias perigosas armazenadas/manipuladas. Deverão também ser implementadas medidas mitigadoras e observado o cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro e legislação complementar.

A Proposta de Plano prevê a ocupação de áreas onde estão identificadas situações de risco, pelo que deverá ser sujeita a Avaliação Ambiental Estratégica de modo a permitir verificar os efeitos da aplicação do Plano na segurança de populações, bens e ambiente.

A Implementação do Plano e as alterações introduzidas pelas estruturas por este previstas podem agravar significativamente situações de risco e/ou vulnerabilidades já existentes. O Plano deverá ser sujeito a Avaliação Ambiental Estratégica de modo a avaliar os efeitos resultantes da proposta do Plano na segurança de populações, bens e ambiente.

A Proposta de Plano favorece a introdução de novos riscos ou de novos elementos expostos, resultando a afectação da segurança de pessoas, bens e ambiente. Assim, o Plano deverá ser sujeito a Avaliação Ambiental Estratégica de modo a analisar de que modo as opções previstas poderão agravar as vulnerabilidades já existentes.

2299 0000000000000000



Deverão ser apresentadas medidas de mitigação dos riscos naturais e tecnológicos identificáveis para a área do Plano, de modo a reduzir efeitos adversos resultantes da implementação do Plano.

O Técnico Superior

Tiago Pinho

2024-03-08 15:11:17

A large, stylized handwritten signature is located at the bottom right of the page.



Exma. Senhora  
Dr.ª Maria Margarida Martins Telxeira Bento  
Diretora de Serviços de Ordenamento do  
Território da CCDR Centro

Rua Bernardim Ribeiro, 80  
3000-069 COIMBRA

Nossa ref./Our ref.:  
DSRPC-DRF

Of. Nº:  
346 /2015  
2015-08-19

Sua ref./Your ref.:  
DOTCN 1211/15 de 04 de agosto de 2015  
Proc: PPO-VI.08.00/2-15

Assunto/Subject: Alteração ao Plano de Pormenor de Ampliação do Parque Industrial  
Manuel Lourenço Ferreira - Mortágua - Parecer

*Exma. Senhora*

Na sequência da análise efetuada aos elementos disponibilizados à Direção-Geral do Território (DGT), através de uma hiperligação da Câmara Municipal referentes à Alteração ao Plano de Pormenor de Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, cumpre informar V. Exa. do seguinte:

1 - Rede Geodésica

1.1 Dentro da área de intervenção deste Plano de Pormenor não existem vértices geodésicos nem marcas de nivelamento.

Sendo assim, este projeto não constitui impedimento para as atividades geodésicas desenvolvidas pela DGT.

2 - Cartografia

2.1 O procedimento para alteração do plano teve início em 2015-02-09 e portanto sujeito ao estipulado no Decreto-Lei nº 193/95, de 28 de julho, alterado e republicado pelo Decreto -Lei nº 141/2014, de 19 de setembro.

2.2 De acordo com o estipulado na alínea c) do nº 3 do artigo 15º-A desse diploma, a cartografia base a utilizar na elaboração de um plano de pormenor não poderá ultrapassar um ano após a data da sua homologação, a qual no caso presente

*[Assinatura]*

ainda não foi requerida, configurando-se a violação por parte da Câmara Municipal do estabelecido no nº 5 do artigo 3º do mencionado Decreto-Lei.

2.3 Nestas circunstâncias, e a fim de ultrapassar a referida ilegalidade, deverá a entidade proprietária da cartografia requerer à DGT o respetivo processo de homologação, de acordo com o constante no item "Homologação de Cartografia", na nossa página da Internet em:  
[http://www.dgterritorio.pt/cartografia\\_e\\_geodesia/regulacao/](http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/regulacao/).

2.4 Relativamente às peças gráficas apresentadas, e numa análise sumária, podemos desde já assinalar o seguinte:

- A legenda da cartografia de referência apresenta dois sistemas de georreferência diferentes.
- Onde se indica Exatidão Posicional Temática deve-se corrigir para Exatidão Posicional Planimétrica e Altimétrica e Exatidão Temática, sendo que os valores que se apresentam correspondem às duas primeiras.
- Nenhuma das peças gráficas apresenta coordenadas associadas à respetiva quadrícula.
- A planta da transformação fundiária corresponde a um levantamento cadastral o qual de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 172/95, de 18 de julho, carece de homologação pela DGT.
- Não foram apresentadas todas as peças gráficas consideradas no Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio.

### 3 - Limites Administrativos

No que concerne à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) e após a análise da informação disponibilizada, informa-se o seguinte:



3.1 Este Plano insere-se totalmente na União das freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça do Concelho de Mortágua, não havendo coincidência entre o limite da freguesia e o limite do plano, pelo que as peças desenhadas apresentadas não contêm a representação dos limites administrativos de freguesia nem têm que conter, pelo que nada há a opor.

3.2 Os limites administrativos da referida freguesia têm origem na Base Geográfica da Referenciação de Informação (BGRI) constituída por limites obtidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pelo Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), na altura dos trabalhos dos Censos 2001. Não voltou a ocorrer nenhuma atualização nos referidos limites administrativos.

#### 4 - Conclusões

Assim face às observações anteriormente efetuadas, o parecer da DGT é desfavorável até que seja apresentada a proposta para a alteração do plano com base em cartografia de referência devidamente homologada, conforme consta do Decreto-Lei nº 193/95, de 28 de julho, alterado e republicado pelo Decreto -Lei nº 141/2014, de 19 de setembro.

Por último cumpre-me informar que o representante da Direção Geral do Território é o Eng.º Manuel Reis, ficando esta Direção-Geral disponível para prestar os esclarecimentos e ou informações tidas por pertinentes no decurso do processo.

Com os melhores cumprimentos,

 A Diretora dos Serviços de Regulação, Planeamento e Comunicação,

Luísa Esmeriz  
